



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**EDUCAÇÃO PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E
AMBIENTALMENTE JUSTAS**

Isabel Cristina de Moura Carvalho¹

RESUMO

A noção de sustentabilidade tem sido usada indiscriminadamente produzindo a falsa idéia de que há um consenso sob todos os discursos que acionam este conceito. Neste artigo destacamos os conflitos e as diferenças que tecem os nexos entre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, sociedades sustentáveis, práticas sustentáveis entre outros usos do conceito buscando contribuir para aclarar o que seja sustentabilidade desde uma perspectiva socioambiental. Em síntese, vamos contrapor a visão de que o desenvolvimento é o foco da sustentabilidade à idéia de sociedade sustentável, onde o ambiente não é reduzido a um conjunto de recursos naturais escassos ameaçados pela sociedade. Assim se constrói a imagem de uma relação antagônica e excludente onde de um lado estaria a Natureza e do outro a Humanidade, a Cultura, as relações sociais. Em contraposição a essa visão, gostaríamos de trazer alguns elementos que permitem situar a relação entre meio ambiente e sustentabilidade no marco construção do espaço público enquanto palco para a ação cidadã. Neste cenário a sociedade civil e seus atores coletivos jogam um papel importante num modo ambiental e socialmente sustentável, de operar de forma mais simétrica as relações sociedade e natureza.

Palavras-chave: sustentabilidade; sociedade sustentável, justiça ambiental.

¹ Psicóloga, doutora em Educação, professora do curso de psicologia da ULBRA RS e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/ULBRA). Texto elaborado para subsidiar participação na mesa redonda do III Colóquio Sul Brasileiro de Educação Ambiental em 05/11/2007. E-mail: icmcarvalho@uol.com.br

ABSTRACT

The concept of sustainability has been used indiscriminately way producing the false idea that there is a consensus in all the speeches that trigger this concept. This article highlighted the conflicts and differences that are producing the concepts as sustainable development, sustainability, sustainable societies, and sustainable practices among other uses of the concept seeking help to clarify what could understand as sustainability from a environment justice perspective. In short, we oppose the view that development is the focus of sustainability to the idea of sustainable society, where the environment is not reduced to a set of scarce natural resources threatened by society. This setting build the image of an antagonistic and exclusive relationship where of a side is located the nature and in another side is placed humanity, the culture, and social relations. To counter this dichotomy view, we would like to bring some elements which to place the relationship between the environment and sustainability in the landmark building of public space as a venue for citizen action. In this scenario civil society and their collective actors play an important role in a environmentally and socially sustainable way to operate in a more balanced way the relations nature and society.

Keywords: sustainability, sustainable society, environmental justice.

Introdução

A noção de sustentabilidade e seus sucedâneos tem sido usada de forma generalizada e pode gerar a falsa idéia de que há um consenso sob todos os discursos que se constroem em torno desta idéia. Contudo, os nexos entre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, sociedades sustentáveis, práticas sustentáveis entre outros usos do conceito são tão variados quanto os múltiplos interesses sociais que os produzem. Assim, gostaríamos nesta oportunidade de contribuir para aclarar uma visão do que seja sustentabilidade a partir de uma compreensão socioambiental. Em síntese, vamos contrapor a visão de que o desenvolvimento é o foco da sustentabilidade a idéia de sociedade sustentável, onde o meio ambiente não é reduzido a um conjunto de recursos naturais escassos ameaçados pela sociedade, mas um bem social comum, constitutivo da esfera pública, portanto, campo de excelência da ação cidadã². Buscaremos operar ainda um deslocamento da oposição natureza/sociedade, para situar o ambiente como espaço das relações humanos-humanos e humanos-não humanos constituído pelas práticas históricas e culturais que estas interações performam.

Ainda permanece de forma bastante generalizada no senso comum uma visão do meio ambiente como sendo a soma dos "limitados" elementos da natureza os quais

² Para uma sistematização do debate em torno do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ver Scotto, Carvalho e Belinaso, 2008.

devem ser preservados e conservados da ação degradadora humana. Assim se constrói a imagem de uma relação antagônica e excludente onde de um lado estaria a Natureza e do outro a Humanidade, a Cultura, as relações sociais. Esta concepção de meio ambiente celebrada na clássica imagem da *Nave Terra* que supõe um meio ambiente estático, habitado por uma comunidade de competitivos usuários/consumidores. A transformação desses usuários do planeta em cidadãos ambientalizados, baseada nessa mesma matriz de pensamento, pode levar a uma educação para o meio ambiente como sinônimo de "bom comportamento ambiental". O problema desta visão é que ela perde muito de seu caráter transformador quando restringe a questão da sustentabilidade à esfera privada dos comportamentos ambientalmente corretos de consciências individuais.

Em contraposição a essa visão, gostaríamos de trazer alguns elementos que permitem situar a relação entre meio ambiente e sustentabilidade no marco construção do espaço público enquanto palco para a ação cidadã. Neste cenário a sociedade civil e seus atores coletivos jogam um papel importante num novo modo, ambiental e socialmente sustentável, de operar de forma mais simétrica as relações as dinâmicas sociais e naturais³.

1. Sustentabilidade: um conceito polivalente

O conceito de sustentabilidade apresenta uma alta polissemia, englobando uma grande diversidade de sentidos, podendo ser pensado mais como um conceito em disputa do que uma categoria descritiva e estável no campo de interlocução ambiental.

Um dos fatores que contribuem para que a idéia de sustentabilidade mantenha esta alta polissemia é, além da disputa de interesses e projetos políticos que ela abarca, certa indiferenciação entre os diferentes contextos discursivos, sociais e epistemológicos onde ela é aplicada. Por isso pretendemos iniciar esta exposição destacando pelo menos

3 Cabe mencionar a título de exemplo, experiências populares de sustentabilidade sócioambiental. Entre elas destacam-se os ribeirinhos amazônicos de Tefé. Estes classificaram e definiram diferentes graus de utilização dos lagos e reivindicam contra a pesca industrial a democratização do acesso às águas usando a expressão "reforma aquática", impedindo práticas de pesca predatória com o "empate aquático". Entre outras experiências relevantes estão a das quebradeiras de coco babaçu, a das reservas extrativistas, ou ainda as formas peculiares de uso da terra como um bem ambiental coletivo, que são os fundos de pasto no Nordeste ou os faxinais no Sul.

três níveis diferentes de aplicação do conceito de sustentabilidade:

a) Sustentabilidade como fenômeno empírico.

Aqui trata-se da aplicação deste termo para designar um fenômeno empírico ou uma realidade a ser descrita. Um fenômeno que alude, portanto, a ações e processos concretos que são denominados — ou se autodenominam — *sustentáveis*. Este caso compreende principalmente o uso do conceito de sustentabilidade nas esferas econômica e política. Na economia, a sustentabilidade pode estar associada a procedimentos tecnológicos (tecnologias brandas), regulações de mercado (princípio poluidor-pagador; certificações de qualidade — ISO 14000; emissão de cotas de Desenvolvimento limpo etc.). Na esfera das políticas públicas sustentabilidade tem sido associada a ações do Estado que buscam regular o impacto da atividade humana sobre o meio ambiente, estimulando mudanças nos padrões de produção, consumo e uso dos recursos naturais, de modo a reduzir o impacto da atividade humana e social sobre a biosfera (impostos ecológicos, subsídios, legislação ambiental, fiscalização, penalização).

Este é um nível descritivo das ações e procedimentos que buscam orientar-se dentro de um marco de sustentabilidade. Neste nível empírico, muitas vezes, o uso do conceito torna-se tão extensivo que deixa de causar impacto e pode recobrir diferenças entre as ações pautadas por diferentes compressões do que seja *sustentabilidade*. No entanto, isto não significa esvaziar este nível de sentido, pois é fato que este é um plano bastante importante onde as mudanças de orientações vão se fazer sentir concretamente na sociedade.

b) Sustentabilidade como ideologia.

A segunda forma que toma o conceito de sustentabilidade é aquele que o situa no campo das ideologias, onde se disputa o sentido verdadeiro e correto do conceito contra seu uso falso e ilegítimo. Diversos autores e críticos ao conceito de sustentabilidade têm denunciado, dentro desta maneira de compreender ideologia, o uso deste conceito como "ideológico", por exemplo, argumentando que ele estaria promovendo uma renovação da matriz desenvolvimentista, um "esverdeamento" do capitalismo e da sociedade de mercado (o que o Greenpeace chamou de *maquiagem verde*), sem mudar substancialmente as relações de poder entre sociedade, natureza e meio ambiente. O

conflito entre um sistema excludente, que aposta no otimismo tecnológico e ignora a finitude dos recursos naturais e uma sociedade de direitos, inclusiva e eqüitativa reaparece no confronto dos conceitos de sustentabilidade.

Os termos "desenvolvimento sustentável" *versus* "sociedade sustentável", de certa maneira reeditam esta tensão. Em última análise, poderíamos dizer que a disputa no campo da sustentabilidade ressemantiza, de certa forma, o antagonismo capitalismo X socialismo, numa nova gramática sócioambiental. No entanto, é importante destacar que, se a ecologia política reatualiza esta polaridade, vai além dela quando, em oposição ao desenvolvimentismo (capitalista e socialista), contrapõe a sustentabilidade como um novo pacto entre a sociedade e natureza.

c) Sustentabilidade como categoria compreensiva para (re)pensar o mundo

Sem ignorar a importância e a legitimidade dos conceitos de sustentabilidade nos dois níveis anteriormente apresentados — níveis dos quais não podemos prescindir e pelos quais necessariamente transitamos — vou me ater, por uma questão metodológica, a uma terceira acepção do conceito. O que quero ressaltar é que a sustentabilidade, além de poder ser usada como descrição de um fenômeno empírico ou uma ideologia — a ser denunciada ou afirmada — pode ser também pensada como um modelo de compreensão da realidade. Assim, para efeito de nossa discussão, poderíamos tomar a sustentabilidade como categoria interpretativa de compreensão dos processos de atribuição dos sentidos que tem disputado hegemonia simbólica e política em torno do conceito de sustentabilidade. A diferença desta perspectiva compreensiva/ interpretativa (ou ainda hermenêutica) para a perspectiva ideológica é que aqui não se trata de supor um sentido autêntico do conceito *versus* seus sentido impostor e seus usos falseadores, mas reconhecer as diferentes estratégias de atribuição de sentido ao conceito e compreender que se trata de uma disputa por hegemonia na apropriação da idéia de sustentabilidade como um capital simbólico. A tentativa de compreender como estes processos estão se dando não significa renunciar ao campo da disputa por uma posição de neutralidade ou de relativismo, bem ao contrário, é a tentativa de ampliar a compreensão dos contextos de construção e negociação dos sentidos em disputa no conceito de sustentabilidade.

2. Cenários da sustentabilidade

Como já o dissemos, a sustentabilidade é um conceito polissêmico que por si mesmo não define um único marco interpretativo e ideológico, mas transita entre diferentes matrizes discursivas sendo disputado ideológica e semanticamente. Por essa razão é interessante tomar a noção de sustentabilidade como um horizonte de compreensão dos processos de transformação sociedade contemporânea. Desde essa perspectiva buscarei traçar, ainda que de forma muito esquemática, dois grandes paradigmas de sustentabilidade onde valores como democracia, cidadania e esfera pública aparecem com funções e sentidos diferentes. O primeiro seria o de uma *sustentabilidade fraca*, caracterizado por um cenário desenvolvimentista pensado sob a ótica do mercado. O segundo, seria o de uma *sustentabilidade forte* que, reconhecendo a finitude dos recursos naturais e a desigualdade no acesso e no uso destes bens ambientais finitos, assume o projeto político de uma redistribuição equitativa dos recursos em termos globais e intergeracionais⁴.

⁴ Para um aprofundamento deste debate sobre conflito e justiça ambiental ver os trabalhos de Acsehrad & Leroy (1999); Acsehrad (1999; 2001 e 2003) e Leroy 1997.

Quadro 1: Esquema dos Paradigmas de sustentabilidade

Sustentabilidade Fraca	Sustentabilidade Forte
Regime de acumulação, livre mercado e consumo estimulado, produção de necessidades.	Economia solidária e mercado regulado, auto-limitação do consumo e consumo sustentável.
Eficiência tecnológica para redução do uso dos RN com manutenção ou aumento do consumo.	Políticas de suficiência (eficiência + uso final) Mudança na cultura do consumo.
Estado: regulador dos excessos do mercado. administra limites críticos.	Estado: regulador desde lógica não mercantil. Políticas redistributivas. Políticas pautadas pelo princípio da precaução.
Setor privado: internalização das externalidades, mercado verde.	Setor privado: regulado e tributado pelo Estado. Chamado a assumir sua função social.
Consumidor é equivalente ao cidadão.	Cidadão é portador de direitos, condição universal.
Democracia formal.	Democracia substantiva.
Indicadores econômicos (PIB) Indicadores Sociais (LP e LI/CEPAL) Salário mínimo, Cesta Básica	Indicadores sócioambientais: Espaço ambiental Pegada ecológica Mochila Ecológica Linha da Dignidade
Carências e necessidades básicas.	Necessidades humanas (Max-Neef).
Vida mínima.	Vida Digna.
Eficiência tecnológica para mudar os limites dos recursos.	Finitude dos recursos desmaterialização da economia e do consumo.
Mercado sustentável.	Sociedade sustentável.
Liberdades formais	Liberdades Reais (Amartya Sen)

A concepção de conflito (social e ambiental) que sustenta o esquema que apresentamos acima está associada à preocupação com a injustiça ambiental e explícita a gravidade da apropriação desigual dos recursos ambientais que destina a maior fatia dos danos ambientais do desenvolvimento às populações marginalizadas e vulneráveis. Como sabemos, no Brasil, trabalhadores e população em geral estão expostos continuamente a riscos ambientais. Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, a água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. Este processo nas cidades tem levado a periferização dos trabalhadores e, no

campo, tem gerado empobrecimento do pequeno agricultor, do trabalhador rural, e o êxodo para os grandes centros urbanos.

Nesta perspectiva, não se trata de “resolver” os conflitos ambientais num amplo consenso em torno de interesses ambientais comuns, tal como se insinua nos discursos da modernização ecológica, como se a esfera ambiental estivesse acima dos conflitos que marcam a vida social. Aqui, a via é a do enfrentamento dos conflitos. Portanto, uma solução política que remete necessariamente à construção coletiva de um pacto societário em torno do avanço da *justiça ambiental*. No horizonte desejável para uma sociedade ambientalmente sustentável e socialmente justa, por exemplo, nenhum grupo social, étnico, racial ou de classe deveria arcar com uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas. Os desdobramentos deste tipo de compreensão e ação podem, em sua melhor solução, abrir possibilidades para novos modos de uso do ambiente, outros arranjos de força, legitimando um ideário ambiental que possa reorientar decisões dentro de um horizonte democrático, pautado pela justiça ambiental, pela valorização da vida e das populações.

3. Educação para a Sustentabilidade no horizonte de uma cidadania ampliada

"A cabotagem foi a forma de navegação dominante desde tempos imemoriais até a expansão européia do século XV e é usada ainda hoje. Implica navegar fora dos limites, mas em contato físico com eles, e ir realizando outras atividades ao longo do trajeto, como a pesca ou o comércio. Quanto mais longe se estiver e mais pequenos, porque vistos de longe, forem os limites, maiores serão as possibilidades de autonomia. Mas, um passo a mais, que faça perder de vista esses limites pode transformar uma autonomia estimulante num caos destrutivo" (SOUZA SANTOS, Boaventura, 2000, p.354)

O projeto de educar para uma sociedade sustentável compartilha com a inspiração dos movimentos sociais altermundistas⁵. Neste sentido, assim com estes,

⁵ Movimentos altermundistas são uma denominação geral para referir-se a um amplo conjunto de movimentos sociais que lutam por um outro mundo possível, ou ainda por uma outra globalização. Estão relacionados aos protestos no início dos anos 2000 contra o FMI, OMC e o Banco Mundial e a realização dos Fóruns Sociais Mundiais.

torna-se parte importante na construção de um projeto de sustentabilidade forte. Como na navegação de cabotagem este projeto arrisca-se na fronteira dos paradigmas de sustentabilidade. Neste sentido, os atores sociais que se organizam em torno da idéia de uma sustentabilidade forte poderiam ser pensados como estes "viajantes paradigmáticos" no sentido dado por Boaventura (2000) que confere: aqueles atores que estão *entre* as margens do continente e do mar alto, do perigo e da oportunidade, em águas e rotas pouco previsíveis da crise da própria esfera política na atualidade. Isto recoloca a discussão sobre as condições da articulação entre a natureza e a vida humana — *Bios e Polis*⁶; ou ainda como podemos nomear desde um paradigma ecológico, humanos-não humanos, redesenhando os territórios do público e do privado, do pessoal e do coletivo, numa aventura que adentra e ultrapassa o continente exclusivamente ecológico estando inserida entre os grandes dilemas éticos da sociedade contemporânea.

Referências

ACSELRAD, H.; LEROY, J.P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático. FASE, 1999^a. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, n.1).

ACSELRAD, H. A construção da sustentabilidade: uma perspectiva democrática sobre o debate europeu". In: ACSELRAD, Henri. **Sustentabilidade e Desenvolvimento: modelos, processos e relações**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático. FASE, 1999b, (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, n.4).

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In.: ACSELRAD, H (Org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e visão nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ACSELRAD, H. Externalidade Ambiental e Sociabilidade Capitalista. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: sentidos e trajetória da educação ambiental no Brasil**. 3. ed. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

LEROY, J. P, MAIA, K. D.; GUIMARÃES, R P. (Orgs.). Fórum Brasileiro de ONGs e

⁶ O argumento sobre as tensões entre Bios e Polis no contexto do debate ecológico foi desenvolvido por mim em outro trabalho. Para tanto ver Carvalho (2008).

Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Brasil Século XXI: os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92.** Rio de Janeiro, FASE, 1997.

SCOTTO, G; CARVALHO, I. C. M; BELINASSO, L. **Desenvolvimento sustentável.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção debates fundamentais)

SOUZA SANTOS, B. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, v.1. 2000.